Proc. TC-010.700/2013-7
Instituto Brasileiro de Tecnologia Educacional (IBTE)
Tomada de Contas Especial

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator

Trata-se de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pelo Ministério da Cultura (MinC), tendo em vista a impugnação total da prestação de contas do Convênio 65/2001, firmado com o Instituto Brasileiro de Tecnologia Educacional (IBTE), cujo objeto era o apoio à realização de festas juninas, no ano de 2001, em Fortaleza, no Estado do Ceará (CE).

2. No âmbito deste Tribunal, foram realizadas as seguintes citações, de modo solidário, pelo débito de R\$ 100.000,00 (total de recursos federais do convênio):

Nº	Responsável	Qualificação	Ocorrência destacada no ofício de citação	Ofício de citação
1	IBTE	Organização não governamental (ONG) convenente	Impugnação total da prestação de contas relativa ao Convênio 65/2001, sendo a principal irregularidade o “repasso, da totalidade dos recursos do convênio, à Empresa World Education Consultoria Ltda., no valor de R\$ 100.000,00, cujo sócio-gerente configurava-se na mesma pessoa do Superintendente da Entidade conveniada, ferindo frontalmente o inciso III do art. 9º da Lei 8666/93”	Peça 28
2	Sr. Cristian Marcel Oliveira de Carli	Ex-presidente do IBTE	Idem ocorrência anterior	Peça 26
3	Sr. Baltazar Pereira da Silva Júnior	Ex-diretor-geral do IBTE	“assinatura, como Diretor Geral do (...) IBTE, do Contrato de Prestação de Serviços Técnicos, firmado em 2/7/2001 com a empresa World Education Consultoria Ltda, que tinha como objetivo a execução dos serviços de arte, promoção, divulgação e infraestrutura durante as festas juninas no Município de Fortaleza/CE, em desacordo com o inciso III do art. 9º da Lei 8666/93, já que era Sócio Gerente da referida empresa”	Peça 25
4	Sr. Francisco Charles Bravo de Alencar	Ex-diretor-administrativo do IBTE	“assinatura, como representante da empresa World Education Consultoria Ltda., do Contrato de Prestação de Serviços Técnicos, firmado em 2/7/2001, com o (...) IBTE, (...), em desacordo com o inciso III do art. 9º da Lei 8666/93, já que era Diretor Administrativo da referida instituição”	Peça 27
5	World Education Consultoria Ltda.	Sociedade contratada pelo convenente para executar os serviços objeto do convênio	“não comprovação da execução do contrato firmado com o (...) IBTE, (...), uma vez que as notas fiscais não especificavam quais os serviços	Peça 29

Nº	Responsável	Qualificação	Ocorrência destacada no ofício de citação	Ofício de citação
			prestados, impossibilitando a confirmação quanto ao efetivo cumprimento do objeto do contrato, além de as datas das mesmas (11/7/2002) serem de um ano após as datas dos respectivos recibos de quitação dos pagamentos (11/7/2001), irregularidades essas que, dentre outras, causaram a impugnação total da prestação de contas relativa ao Convênio 065/2001 (...)	

3. Dos responsáveis citados, apenas o Sr. Francisco Alencar apresentou defesa perante o Tribunal, tendo os demais optado pela revelia.

4. A Secretaria de Controle Externo no Ceará (Secex/CE), nos termos da instrução à peça 38, atestou a revelia do IBTE, da sociedade World Education e dos Srs. Cristian de Carli e Baltazar Silva Júnior, além de ter concluído pelo acolhimento das alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Francisco Alencar. Para o Auditor Federal de Controle Externo (AUFC) que elaborou a mencionada instrução, não vieram aos autos justificativas capazes de afastar as irregularidades apontadas nos ofícios de citação às peças 25, 26, 28 e 29, cujas ocorrências questionadas descrevi no quadro do item 2 deste parecer.

5. O acolhimento da defesa apresentada pelo Sr. Francisco Alencar baseou-se no entendimento do AUFC de que esse responsável “não teve qualquer participação nas fraudes praticadas no âmbito da presente tomada de contas especial, que nunca foi sócio do IBTE e teve seu nome sido usado indevidamente pelo Sr. Baltazar Pereira da Silva Júnior” (item 34 da instrução à peça 38).

6. Ao final da instrução à peça 38, o AUFC propôs o acolhimento da defesa apresentada pelo Sr. Francisco Alencar e a declaração da revelia do IBTE, da sociedade World Education e dos Srs. Cristian de Carli e Baltazar Silva Júnior. O julgamento pela irregularidade das contas foi proposto em relação ao IBTE e aos Srs. Cristian de Carli e Baltazar Silva Júnior, com a imputação de débito solidário a esses responsáveis e à sociedade World Education, além da decorrente aplicação da multa prevista no art. 57 da Lei Orgânica/TCU.

7. O diretor da 1ª Diretoria Técnica da Secex/CE manifestou sua concordância com o encaminhamento sugerido pelo AUFC (peça 39).

8. O titular da Secex/CE, por sua vez, concordou com a proposta de encaminhamento sugerida pelo AUFC, tendo acrescentado, apenas, a sugestão de que as contas do Sr. Francisco Alencar fossem julgadas regulares com ressalva, com a correspondente quitação (peça 40).

9. Manifesto minha concordância parcial com relação à proposta de encaminhamento da Secex/CE, sendo a discordância relativa ao encaminhamento sugerido com relação às contas do Sr. Francisco Alencar.

10. Quanto ao mérito deste processo, não vieram aos autos esclarecimentos capazes de afastar as irregularidades que descrevi no quadro do item 2 deste parecer.

11. O que se viu foi a atuação simultânea dos responsáveis do IBTE, tanto na figura do conveniente, como da sociedade que deveria ter executado os serviços previstos no plano de trabalho do convênio (peça 1, p. 8), com evidente conflito de interesses.

12. No presente caso, os Srs. Francisco Alencar e Baltazar Silva Júnior atuaram como dirigentes da ONG conveniente e, ao mesmo tempo, como sócio e sócio gerente, respectivamente, da World Education, comprometendo, assim, a lisura na escolha da sociedade que, supostamente, forneceu produtos e serviços ao Instituto, à custa de recursos federais. Destaco que as informações societárias da referida sociedade foram checadas por minha assessoria na base de dados do Sistema CNPJ.

13. A essa irregularidade soma-se o fato de que os elementos constantes dos autos não permitem afirmar que os recursos federais foram aplicados nas aquisições e serviços mencionados no plano de trabalho do convênio, no qual estavam previstas a compra de troféus e medalhas e a contratação de bandas e serviços de transporte de equipamentos e membros de grupos folclóricos.

14. Comprometeu a credibilidade da execução e da prestação de contas do Convênio 65/2001 a emissão das Notas Fiscais nº 15 e 16 (peça 3, p. 9 e 15), pela World Education, em 11/7/2002, um ano após terem sido assinados os correspondentes recibos de quitação dos pagamentos (peça 3, p. 3, 5, 11 e 13). Não há nos autos esclarecimentos sobre o longo decurso de prazo entre o pagamento realizado à referida sociedade e a emissão das citadas notas fiscais.

15. Ainda sobre a vertente financeira da execução do ajuste, lembro que o IBTE recebeu os recursos do MinC em 9/7/2001, sendo que dois dias após foram efetuadas retiradas da conta específica do convênio, com relação às quais não há informação sobre quem teriam sido os beneficiários, nos montantes de R\$ 90.000,00 e R\$ 10.000,00 (peça 1, p. 186).

16. Assim, concluo que o processo deve ter sua continuidade em relação aos responsáveis revéis, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei Orgânica/TCU, sendo a irregularidade das contas, a imputação de débito, de modo solidário, e a aplicação da multa dele decorrente o encaminhamento a ser conferido a esta TCE.

17. As irregularidades que mencionei anteriormente justificam, ainda, como medida prévia ao julgamento de contas neste processo, a rejeição das alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Francisco Alencar.

18. Não pode prosperar a tese por ele defendida e acolhida pela Secex/CE, de que:

a) seria uma “pessoa humilde e de pouca instrução” (trecho das alegações de defesa – peça 34, p. 5);

b) teria sido vítima de fraudes praticadas pelo Sr. Baltazar Silva Júnior, o qual teria:

b.1) determinado ao Sr. Francisco Alencar que assinasse diversos documentos quando aquele era presidente da Fundação Escola de Gestão Pública (Fugesp), entidade onde o Sr. Francisco teria laborado como auxiliar de serviços gerais (cópia da carteira de trabalho à peça 34, p. 10-15);

b.2.) falsificado sua assinatura, o que teria motivado o Sr. Francisco a providenciar a lavratura de um Boletim de Ocorrência junto à Polícia Civil/CE (peça 34, p. 16).

c) não teria conhecimento da existência do IBTE;

d) não teria qualquer vínculo com o IBTE e somente constaria como diretor administrativo dessa ONG por “ter assinado diversos documentos, inadvertidamente, por ordem do seu Chefe [na Fugesp], o Sr. Baltazar” (peça 34, p. 4).

19. Os elementos constantes dos autos e de sistemas de informação da Administração Pública (base de dados do Sistema CNPJ) mostram que o Sr. Francisco Alencar, além de ter

ocupado, formalmente, o cargo de diretor administrativo do IBTE, também figura como sócio, sócio-gerente, sócio-administrador, diretor ou presidente de diversas sociedades.

20. Além do papel desempenhado no IBTE, o Sr. Francisco Alencar participa (ou participou), conforme pesquisa realizada por minha assessoria na base CNPJ, das sociedades indicadas no quadro a seguir:

Nº	CNPJ	Sociedade	Relação
1	00.409.907/0001-09	CENTRO DE EDUCACAO EUROPEU - CEE	Sócio-gerente
2	03.327.927/0001-29	WORLD EDUCATION CONSULTORIA LTDA	Sócio
3	03.452.031/0001-71	INSTITUTO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL - IBTE	Diretor
4	03.838.211/0001-96	UNIVERSIDADE ABERTA DE EDUCACAO A DISTANCIA UNIED	Presidente
5	04.992.564/0001-09	INSTITUTO CEARENSE DE EDUCACAO CULTURA E ECOLOGIA - I.C.E.C.E	Secretário
6	05.424.297/0001-36	BRASIL HOLIDAY LTDA - ME	Sócio
7	05.755.019/0001-61	EUROTUR EMPREENDIMENTOS TURISTICOS LTDA - ME	Sócio-administrador
8	06.315.419/0001-19	GAT GESTAO DE ATIVOS LTDA - ME	Sócio-administrador
9	07.116.369/0001-03	BC CONSTRUCOES LTDA - ME	Sócio-administrador

21. Não procede a informação de que o Sr. Francisco Alencar não sabia da existência do IBTE e de que somente teria sido diretor administrativo da ONG por ter assinado documentos, sem ciência de seu conteúdo ou com falta de compreensão, a mando do Sr. Baltazar Silva Júnior.

22. Vai de encontro a essas afirmações a aposição da assinatura do Sr. Francisco Alencar ao final da Ata da 8ª Reunião Extraordinária Simultânea com a 1ª Assembleia Geral Ordinária do Instituto, realizada em 2/2/2001 (peça 1, p. 40), e do Estatuto Social da ONG, datado de 5/3/2001 (peça 1, p. 36), sendo que em ambos os documentos o Sr. Francisco figura na condição de diretor administrativo da entidade.

23. Como não há elementos nos autos que permitam afirmar o cometimento da suposta fraude que teria sido perpetrada pelo Sr. Baltazar Silva Júnior em detrimento do Sr. Francisco Alencar, percebe-se que está distante da realidade a condição de “pessoa humilde e de pouca instrução” que esse responsável afirmou ter perante a Defensoria Pública da União no Ceará (DPU/CE), responsável pela elaboração de suas alegações de defesa (peça 34).

24. Sobre o contexto no qual teria sido o Sr. Francisco Alencar determinado pelo Sr. Baltazar Silva Júnior a assinar documentos, com relação aos quais o Sr. Francisco não teria ciência/compreensão do conteúdo, cabe destacar que a cópia da carteira de trabalho acostada aos autos demonstra que o Sr. Francisco laborou na Fugesp de 2/11/1998 a 30/4/1999 (peça 34, p. 12).

25. Assim, o Sr. Francisco Alencar não teria mais qualquer relação de hierarquia, na esfera trabalhista, com relação ao Sr. Baltazar Silva Júnior, dirigente-máximo da Fugesp, quando assinou o contrato com o IBTE, em 2/7/2001, na condição de diretor da World Education (peça 3, p. 1).

26. Quanto à suposta falsificação de assinatura do Sr. Francisco Alencar, que teria sido praticada pelo Sr. Baltazar Silva Júnior, a leitura do Boletim de Ocorrência à peça 34, p. 16, não revela informações suficientes capazes de ligar os fatos indicados nesse documento àqueles objeto desta TCE. Logo, o citado boletim não contribuiu para afastar as irregularidades imputadas ao Sr. Francisco Alencar.

27. As contas do Sr. Francisco Alencar devem ser, portanto, assim como as dos demais responsáveis ouvidos em citação neste processo, julgadas irregulares, com a imputação de débito, de modo solidário, e a aplicação da multa prevista no art. 57 da Lei Orgânica/TCU.

28. Ressalvo que a data a ser considerada para a imputação de débito nesta TCE é o dia 9/7/2001, quando o IBTE recebeu os recursos do MinC, e não 11/7/2001, conforme indicado pela Secex/CE no subitem III do item 42 da instrução à peça 38, quando os recursos foram retirados da conta corrente específica do convênio (peça 1, p. 186). Nos termos do Acórdão 2.179/2013-TCU-2ª Câmara, o emprego da data do recebimento dos recursos pelo conveniente, como a data de ocorrência do débito, é uma “forma de se preservar o valor real da moeda” (trecho do voto do relator dessa deliberação, Ministro Benjamin Zymler).

29. Além da correção quanto à data do débito, sugiro que na fundamentação para o julgamento das contas dos responsáveis neste processo seja acrescida a alínea “b” do inciso III do art. 16 da Lei 8.443/1992, tendo em vista o descumprimento da norma regulamentar que disciplinou a execução do Convênio 65/2001, no caso, a Instrução Normativa 15/1997, da Secretaria do Tesouro Nacional.

30. Tendo em vista os argumentos anteriormente expostos, manifesto minha concordância parcial com relação à proposta da Secex/CE (peças 38 a 40), propondo, em consequência, o seguinte desfecho para esta TCE:

a) alterar a redação do subitem I do item 42 da instrução à peça 38, que passa a ter o seguinte teor:

I – rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Francisco Charles Bravo de Alencar;

b) alterar a redação do subitem III do item 42 da instrução à peça 38, que passa a ter o seguinte teor:

III - julgar irregulares as contas dos Srs. Cristian Marcel Oliveira de Carli, Baltazar Pereira da Silva Junior e Francisco Charles Bravo de Alencar, do Instituto Brasileiro de Tecnologia Educacional (IBTE) e da sociedade World Education Consultoria Ltda., com fundamento nos arts. 16, inciso III, alíneas “b” e “c”, e 19, *caput*, da Lei 8.443/1992, e condená-los, solidariamente, ao pagamento da importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados desde 9/7/2001 até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo Nacional de Cultura, nos termos do art. 23, inciso III, alínea “a”, da citada lei c/c o art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno do TCU;

c) alterar a redação do subitem IV do item 42 da instrução à peça 38, que passa a ter o seguinte teor:

IV - aplicar aos responsáveis mencionados no item III, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor;

d) manutenção das propostas indicadas nos subitens II, V, VI e VII do item 42 da instrução à peça 38.

Brasília, em 04 de agosto de 2014.

Sergio Ricardo Costa Caribé
Procurador